

Emenda nº , PL nº 1.087 /2025  
(Dep. Mendonça Filho União/PE)

Modifique-se o art. 1º do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, para alterar os arts. 4º, 8º e 10 da Lei nº 9.250, de 1995, e acrescente-se os arts. 3º, 4º e 5º ao referido Projeto de Lei, renumerando-se os artigos subsequentes, conforme a seguinte redação:

“Art.

1º .....

Art. 4º.....

.....

III

.....

.....

i) R\$ 189,59 (cento e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

j) R\$ 419,60 (quatrocentos e dezenove reais e sessenta centavos), a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

.....

VI -.....

.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

j) R\$ 4.213,84 (quatro mil duzentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), por mês), a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

.....

Art. 8º.....

.....

II

.....

.....



b).....  
.....

10. R\$ 3.561,50 (três mil, quinhentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

11. R\$ 7.882,22 (sete mil oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e dois centavos), a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

c).....  
.....

9. R\$ 2.275,08 (dois mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

10. R\$ 5.035,15 (cinco mil e trinta e cinco reais e quinze centavos), a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

.....” (NR)

“Art. 10. ....  
.....

IX - R\$ 16.754,34 (dezesesseis mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e trinta e quatro centavos), para o ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

X – R\$ 37.080,25 (trinta e sete mil e oitenta reais e vinte e cinco centavos), a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

.....”  
..... (NR)

“Art.3º A Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.1º .....  
.....

XI – a partir do mês de fevereiro do ano-calendário de 2024 e até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025:

.....

X – a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026:



Tabela Progressiva Mensal

Base de cálculo (R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir do IR (R\$)
Até 5.000,00	-	-
De 5.000,01 até 6.255,86	7,5	375,00
De 6.255,87 até 8.301,72	15	844,19
De 8.301,73 até 10.323,74	22,5	1.466,82
Acima de 10.323,75	27,5	1.983,00

.....” (NR)

Art.4º A Lei n º 7.713, de 22 de dezembro de 1988, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....  
.....

XV –.....  
.....

i) R\$ 1.903,98 (mil, novecentos e três reais e noventa e oito centavos), por mês, a partir do mês de abril do ano calendário de 2015 até o mês de dezembro do ano-calendário de 2025;

j) R\$ 4.213,84 (quatro mil duzentos e treze reais e oitenta e quatro centavos), por mês, a partir do mês de janeiro do ano-calendário de 2026.

.....” (NR)

“Art. 5º O montante do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, eventualmente reduzido em decorrência da atualização da tabela do imposto de renda da pessoa física a partir de 2026, deverá ser compensado pela União para garantir que os repasses obrigatórios previstos na forma dos arts. 157, I, 158, I e 159, da Constituição Federal de 1988, realizados aos Estados, Distrito Federal, Municípios e Fundos Constitucionais, não sejam reduzidos em termos reais.”



## **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda tem por objetivo corrigir os valores da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (IRPF) e das deduções com dependentes e educação, da isenção para maiores de 65 anos e do limite de desconto simplificado de 20%. Para tanto, toma por base o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a correção da primeira faixa, conforme intenta o Poder Executivo Federal, para corrigir proporcionalmente toda a tabela do imposto de renda da pessoa física e respectivas deduções.

Cumpre esclarecer que a referida atualização não implica em proporcionar ganhos reais aos contribuintes e nem tampouco compensar eventuais injustiças cometidas no passado. O esperado é apenas atenuar os efeitos relativos à parte das perdas inflacionárias que incidem diretamente sobre a alta carga tributária suportada pelo contribuinte brasileiro.

Mister destacar que a política tributária é um dos principais instrumentos de distribuição de renda de um País, mas para que isso ocorra é necessário um sistema tributário que tenha como princípio a progressividade na sua forma de incidência e que esteja em constante atualização.

O descompasso entre a correção dos salários das famílias e a atualização das faixas da tabela do imposto de renda restou por trazer a primeira faixa de tributação às famílias que não eram tributadas.

Ou seja, se a correção da tabela fosse feita levando-se em consideração a inflação real do período, por exemplo, uma parcela significativa da renda das famílias não estaria sendo tributada. Tudo isso provoca o aumento da já tão elevada carga tributária do nosso País, gerando um aumento de arrecadação para os cofres públicos via elevação do imposto de renda da pessoa física. Notadamente, as classes baixas e média contribuem mais do que realmente deveriam.

Ademais, deve-se atentar de que maneira a eventual desoneração afeta as receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios, principalmente aqueles com forte dependência de repasses, especialmente em relação ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Sabe-se que a crise econômica por si só já afeta as receitas de todos os entes federativos, via queda de arrecadação tributária provocada por uma menor atividade econômica. Junte-se a isso, a diminuição dos repasses ocasionada pela redução de impostos que são fontes





desses repasses, fruto de uma ação de política econômica tomada isoladamente pelo governo central, sem qualquer consulta às prefeituras ou governos estaduais. Vale lembrar que nossos Municípios já vêm sendo enormemente penalizados no pacto federativo, haja vista a crescente participação das contribuições no 'bolo' arrecadatário.

Diante do quadro acima, julgo fundamental estabelecer que o Governo Federal arque com o ônus de eventuais reduções do imposto de renda que compartilha com os entes. Pretende-se, assim, que os montantes entregues pela União aos entes, por força do disposto no art. 159 da Constituição Federal, não sejam impactados por conta da redução do imposto de renda.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância social e econômica de que se reveste esta proposta, gostaria de poder contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação e incorporação desta emenda ao ordenamento jurídico pátrio.

Sala da Comissão,        de        de 2025.

Deputado Mendonça Filho  
União Brasil/PE





# Emenda de Plenário a Projeto com Urgência

## Deputado(s)

- 1 Dep. Mendonça Filho (UNIÃO/PE)
- 2 Dep. Rosangela Moro (UNIÃO/SP)
- 3 Dep. Pastor Claudio Mariano (UNIÃO/PA)
- 4 Dep. Nicoletti (UNIÃO/RR)
- 5 Dep. Daniela Reinehr (PL/SC)
- 6 Dep. Carla Dickson (UNIÃO/RN)
- 7 Dep. Zé Trovão (PL/SC)
- 8 Dep. Rafael Simoes (UNIÃO/MG)
- 9 Dep. Wellington Roberto (PL/PB)
- 10 Dep. Pauderney Avelino (UNIÃO/AM)
- 11 Dep. Kim Kataguirí (UNIÃO/SP)
- 12 Dep. Augusto Coutinho (REPUBLIC/PE)
- 13 Dep. Delegado Ramagem (PL/RJ)
- 14 Dep. Silvyne Alves (UNIÃO/GO)
- 15 Dep. Silvia Waiãpi (PL/AP)
- 16 Dep. Lebrão (UNIÃO/RO)
- 17 Dep. Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
- 18 Dep. Dr. Victor Linhalis (PODE/ES)
- 19 Dep. Carlos Sampaio (PSD/SP)
- 20 Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 21 Dep. Junior Lourenço (PL/MA)
- 22 Dep. José Medeiros (PL/MT)
- 23 Dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ) - LÍDER do PL
- 24 Dep. Arthur Oliveira Maia (UNIÃO/BA)
- 25 Dep. Rodrigo Valadares (UNIÃO/SE)
- 26 Dep. Pedro Lucas Fernandes (UNIÃO/MA) - LÍDER do UNIÃO

